

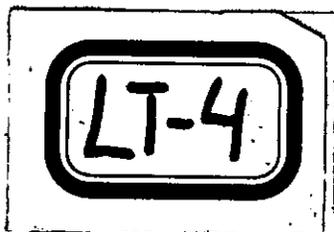
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

A AVALIAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA NOS INSTITUTOS DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO.

Trabalho de Projecto para a obtenção do grau de
Licenciatura

Julião Alberto Banze

1997



A AVALIAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS
INSTITUTOS DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO.

Trabalho de Projecto apresentado em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para o grau de Licenciatura da Universidade
Eduardo Mondlane

Departamento de Letras Modernas
Faculdade de Letras
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Por: Julião Alberto Banze

Supervisor: Dr. Américo Correia de Oliveira

Maputo, Outubro de 1997

37 = 134.3 (679)
B219a 02

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	26243
DATA	7/ Maio 1998
AQUISIÇÃO	Odeata
COTA	LT-4

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus Pais por tudo quanto fizeram
por mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas aquelas pessoas que directa, ou indirectamente, tornaram possível a realização deste trabalho:

Ao senhor Dr. Américo de Oliveira pela paciência, coragem e competência demonstradas aquando da supervisão do meu trabalho;

A ti, Regina Xavier Ribisse, pelo apoio moral e afecto com que me confortaste desde os tempos de estudante, para além de aturados sacrifícios pelos quais passaste para que se tornasse realidade este trabalho;

A todos os meus colegas de turma, Carlos Zimba, Luís Uamusse e, sobretudo o dr. Álvaro Drummond Cavel por todo o tipo de apoio que me prestaram;

Ao meu grande amigo Castelo Nhahelo por tudo quanto fez para que o meu trabalho fosse coroado de êxitos;

Sem o apoio destas individualidades todas, a realização deste trabalho não teria sido possível.

SUMÁRIO

O presente trabalho será constituído por cinco (5) capítulos.

Sendo assim, no primeiro capítulo apresentaremos a introdução onde destacaremos as razões das escolha deste tema e objectivos. No segundo capítulo apresentaremos a metodologia usada. No terceiro capítulo apresentaremos o quadro teórico onde destacaremos o conceito de avaliação, avaliação e classificação, funções de avaliação, importância da avaliação e análise dos dados. No quarto capítulo far-se-à a descrição dos dados. No quinto capítulo, apresentaremos as conclusões e as respectivas propostas e por fim apresentaremos as referências bibliográficas e os anexos.

ÍNDICE	PAG
Declaração-----	3
Dedicatória-----	5
Agradecimento-----	5
Sumário-----	5
I CAPÍTULO - INTRODUÇÃO	1-4
1. Razões de ser deste trabalho de projecto	
2. Objectivos	
II CAPÍTULO - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	4-5
1. Fonte de obtenção de dados. Instituto do Magistério Primário do Maputo	
1.1. Inquérito	
1.2. População alvo	
1.2.1. Professores da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.	
III CAPÍTULO - QUADRO TEÓRICO	5-16
1. Sobre a avaliação	
1.1. A avaliação do processo ensino- aprendizagem	
1.1.1. A avaliação e classificação	
1.1.2. Tipos e funções de avaliação	
1.1.3. Importância da avaliação	
1.2. Diferentes concepções de avaliação	
1.2.1. Formas de avaliação	
- Sumativa	
- Formativa	
2. Avaliação nos Institutos do Magistério Primária - o caso específico da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.	
IV CAPÍTULO - ANÁLISE DE DADOS	16-18
1. Análise crítica da avaliação prevista no regulamento geral dos Instituto do Magistério Primário.	

2. *Enquadramento das formas de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.*

V *CAPÍTULO - CONCLUSÃO/PRPOSTAS*

19-24

1. *Conclusões*

2. *Propostas*

3. *Referências Bibliográficas*

4. *Anexos:*

4.1. *Avaliação*

4.2. *Inquérito*

4.3. *Regulamento dos IMAP's*

4.4. *Programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.*

I CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

1. Razões de ser deste trabalho de projecto

Durante muitos anos, fomos professores quer ao nível de ensino primário do primeiro e segundo graus, quer ao nível do secundário (1), e, presentemente, estamos afectos ao Instituto do Magistério Primário do Maputo.

Durante vários anos de exercício da nossa actividade de docência, verificámos que, naquele estabelecimento de ensino, a avaliação se cingia apenas às chamadas "Actividades do Controlo Sistemático" (ACS's) e às "Actividades do Controlo Parcial" (ACP's), visando única e exclusivamente atribuir aos alunos uma classificação quantitativa. "A avaliação realiza-se ao longo de todo o processo de formação, assumindo as seguintes formas":

a) Controlo Sistemático (ACS)

b) Controlo Parcial (ACP). (Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário, 1996:13).

"A nota semestral de uma disciplina é a média das classificações obtidas nesse semestre, nas diversas actividades de controlo". Nota Semestral = Média das ACS's + 2 (Média das ACP's).

(Regulamento geral dos Institutos do Magistério Primário, 1996:15).

Assim, numa avaliação pedagógica que se reduza às formas acima aludidas, os professores parecem demonstrar que estão claramente "influenciados por aspectos relacionados com a avaliação de carácter psicológico e não pedagógico, pois o carácter de

(1) Não faremos nenhum estudo detalhado destas Instituições por não estar nos objectivos deste trabalho que apenas incidirá sobre os Institutos do Magistério Primário.

"normalidade" e standardização da avaliação pedagógica e o desenvolvimento desta área do conhecimento de forma científica, facilitaram tais metodologias". LEMOS, Valter V. (1986:12).

Sendo assim, o processo de ensino e aprendizagem acaba resultando num fracasso pelo facto de o aluno não ser devidamente acompanhado e, conseqüentemente, mal avaliado.

A situação é deveras preocupante aquando aquelas formas de avaliação são aplicadas também nos Institutos do Magistério Primário, onde estão sendo formados não só alunos que já são professores (formação em exercício) como também alunos que estão para "abraçar" pela primeira vez a carreira do professorado.

Se enveredarmos por esta via, que práticas pedagógicas se esperam ver aplicadas por estes futuros professores? É do domínio de todos que, quando alguém está a ensinar, muitas das vezes recorrer àquilo que aprendeu aquando da sua formação fazendo uma dedução lógico-implicacional, isto é, se eu era avaliado daquela forma, então também devo avaliar da mesma maneira. Esta atitude levou a que, durante muito tempo, a avaliação do processo ensino-aprendizagem nas escolas tenha sido mal sucedida.

Quanto a nós, a situação ainda é agravada pelos seguintes condicionais: pela razão de uma parte de professores daquela Instituição não possuir formação profissional pedagógica; pelo facto de as turmas se apresentarem com um número exageradamente grande de alunos; devido à escassez, no mercado interno, de manuais pedagógicos aos quais o professor recorreria para exercer eficazmente o processo de ensino-aprendizagem; e, por último,

devido à excessiva carga horária do professor e número de aulas que cada disciplina tem por semana, contribuindo isso tudo para o fracasso escolar.

Embora as razões do insucesso escolar sejam de vária ordem e, por isso mesmo, se prendam com determinados factores que não são da responsabilidade do professor, a verdade, porém, manda dizer que também não têm sido suficientemente melhorados alguns aspectos da acção escolar, por parte de quem de direito, nomeadamente: seminários de aperfeiçoamento e reciclagem dos professores; a redução do número de alunos por turma; a carga horária do professor; número de aulas de cada disciplina por semana; a disponibilização dos manuais do professor, especialmente os respeitantes à avaliação e às suas funções - o que leva a que os professores fiquem desprovidos de instruções e metodologias de avaliação adequadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Se a avaliação é uma das principais componentes do processo de ensino-aprendizagem que permite ao professor verificar se os objectivos preconizados estão sendo alcançados ou não, facultando deste modo, ao docente o exercício da auto - avaliação de modo a melhorar os fenómenos que perturbam o bom andamento desse processo, torna-se imperiosa a necessidade de o professor avaliar com maior rigor possível a aprendizagem dos seus alunos.

2. OBJECTIVOS

A concepção do processo ensino-aprendizagem em Moçambique, no seu cômputo geral, assim como da avaliação, em particular, oferecem - nos lacunas a diversos níveis.

Assim, com este estudo, tencionamos analisar as causas que estarão na origem de existência dessas lacunas no processo ensino-aprendizagem, concretamente, no âmbito da avaliação.

O facto de, a partir da primeira classe (1ª classe) até aos Institutos, ser usando, para a avaliação, o mesmo tipo de matriz de Actividades de Controlo Sistemático (ACS's) e Actividades de Controlo Parcial (ACP's) poderá ser uma dessas "lacunas". Sendo assim, sentimo-nos motivados a desenvolver o estudo em epígrafe, cientes que o mesmo poderá contribuir para a apresentação de uma proposta didáctico - pedagógica que contribua para a solução deste problema.

II CAPÍTULO- METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

* Os dados que servirão de base para elaboração do nosso trabalho serão obtidos nos Instituto do Magistério Primário do Maputo, através de um inquérito a fazer a três professores que leccionam a disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa: um é licenciado em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane, com nove anos de experiência como docente da Língua Portuguesa; E dois são Bacharéis em Linguística, com mais de seis anos de experiência de docência em Língua Portuguesa e em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

Os itens que constituem o inquérito podem ser vistos nos anexos.

Com base nos resultados obtidos no inquérito, faremos uma análise crítica da avaliação praticada, mesmo que não prevista, na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, tendo

em conta as formas de avaliação previstas no regulamento geral dos Insitutos do Magistério Primário (IMAP's) e a sua adequação.

Em função dos dados obtidos no inquérito, do Regulamento de Avaliação e da própria realidade objectiva dos Institutos do Magistério Primário, procederemos à formulação de propostas com vista a oferecer modelos mais diversificados de avaliação, com intuito de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, concretamente a avaliação na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

III CAPÍTULO - QUADRO TEÓRICO

1. Sobre a avaliação

1.1. O que é a avaliação e o seu enquadramento no processo de ensino-aprendizagem? Tipos e funções e sua importância.

De um ponto de vista educacional, a avaliação é um processo contínuo e sistemático que permite determinar a extensão até onde os objectivos educacionais foram alcançados pelos alunos.

1.1.1. Avaliação e classificação.

A avaliação é um termo muito mais amplo do que classificação.

A avaliação inclui descrições qualitativas e quantitativas do comportamento do aluno e, mais ainda, julgamento de valor sobre o desejo de apresentar esse comportamento.

A classificação está limitada a descrições quantitativas do comportamento do aluno.

A ênfase principal na avaliação deve residir na extensão até onde as metas educacionais são alcançadas.

1.1.2. Funções da avaliação

A avaliação comporta as seguintes funções:

a) Como diagnóstico: consiste em prevenir o aparecimento e desenvolvimento dos problemas, descobrindo e atacando a tempo as causas que os originaram.

b) Como prognóstico: determina até que ponto se realizarão os objectivos propostos e, aproximadamente, em que período de tempo.

c) Como orientação: possibilita conhecer aproximadamente os educandos e descobrir os seus problemas educacionais.

d) Como qualificação: permite atribuir qualificações objectivas aos alunos, objecto de informação para os mesmos, permitindo-lhes ou não a passagem para níveis superiores de ensino.

e) Como classificação: permite determinar em que consiste as diferenças individuais dos alunos, para agrupá-los convenientemente.

1.1.3. Importância da avaliação.

A finalidade principal do ensino é mudar o comportamento do aluno em direcções desejadas, facto que pressupõe a definição a de objectivos e a resposta á pergunta: o que avaliar. Este passo está intimamente relacionado com o como da avaliação.

Desta feita, a avaliação tem a seguinte importância:

- Realimentação;
- Instrumento de qualificação das actividades escolares;
- Meio de passagem dos alunos de um nível para outro;
- Orientação para que o professor conheça os resultados do seu trabalho;

- Diagnóstico dos problemas individuais dos alunos, e dos gerais da classe;

- Prognóstico das possibilidades dos alunos no seu trabalho escolar;

Permite, enfim, a melhoria do ensino e aprendizagem.

1.2. As diferentes concepções de avaliação (quadro teórico)

1.2.1. Avaliação diagnóstica

As avaliações de diagnóstico têm como objectivo não só descobrir mas também explicar as insuficiências e os hábitos defeituosos dos alunos em todos os domínios da aprendizagem escolar.

"Na prática quotidiana da escola, o diagnóstico preciso e delicado, deveria ser uma das preocupações dominante dos professores e ocupar assim um tempo importante, pois o ensino ideal seria aquele que, ao menos para as noções-chave, conduzisse todos os alunos de um grupo a uma "performance" perfeita". DE LANDSHEERE, Gilbert, (1979: 71).

"A avaliação diagnóstico é um processo avaliativo particular que consiste em estabelecer a natureza, a amplitude, e as implicações do ou dos factores que causam uma dificuldade ou uma inadaptação, para se poder tomar uma decisão remediativa". PINTO, Jorge; LEAL, Leonor Cunha, (1992: ?).

Depois da planificação que consiste em organizar as unidades, em definir os objectivos, construção dos instrumentos de avaliação selecção de métodos e meios de ensino, é preciso avaliar até que ponto ela está adequada ou não para o tipo de alunos de que dispomos.

Este tipo de avaliação é, desta feita, de orientação no que diz

respeito à implementação da formação. Chama-se, por isso mesmo, avaliação de entrada, avaliação prognóstica ou diagnóstica.

1.2.2. Avaliação Formativa

A avaliação formativa, também chamada sistemática ou contínua, visa recolher e tratar, de uma forma sistemática e contínua, dados relacionados com os diferentes domínios de aprendizagem que revelam conhecimentos e competências adquiridos, as capacidades e atitudes desenvolvidas, bem como as destrezas dominadas.

Assim, o objectivo primordial da avaliação formativa é informar o aluno, o seu encarregado de educação, os professores e os restantes intervenientes do desenvolvimento e qualidade do processo educativo, de modo a possibilitar que sejam estabelecidas as metas intermédias que possibilitem o sucesso educativo do aluno, a adopção de diferentes metodologias, bem como a promoção de medidas de apoio educativo, sempre que sejam detectadas falhas significativas na aprendizagem.

" A avaliação formativa abre as portas a outras perspectivas e procedimentos centrados num diálogo entre professor e alunos ou entre alunos em redor da identificação das dificuldades, análise de erros e nas pistas para os superar. Assim, pode-se conceber a avaliação formativa como um meio de comunicação... como um instrumento de formação essencial à aprendizagem dos alunos. Esta concepção permite tomar a avaliação, não como algo para medir uma aprendizagem já realizada... mas como um instrumento orientador guia da progressão para os objectivos traçados". J. Pinto e L. P. Leal, (1992:?).

A avaliação formativa é da responsabilidade dos professores,



em coordenação com os pais e encarregados de educação, cabendo ao director de turma a canalização dos resultados dos alunos para os pais e encarregados de educação. Desta feita, a avaliação formativa traduz-se de uma forma descritiva e qualitativa.

Durante as actividades de ensino-aprendizagem de diferentes conteúdos programáticos, o professor na avaliação formativa, vai analisando a forma como está a decorrer a aprendizagem, de modo a obter informações que lhe permitam levar avante ou alterar o plano que está executar, com a finalidade de obter a máxima rentabilidade pedagógica, por parte do aluno. A função deste tipo de avaliação é a regulação do sistema

1.2.3. Avaliação Sumativa

A avaliação Sumativa é aquela que consiste em "verificar, após o termo de uma sequência do ensino, em que medida foram atingidos os respectivos objectivos. A função é portanto de certificação relativamente à aprendizagem planeada". LEMOS, Valter V., (1986:14).

Assim, a avaliação sumativa visa formular um juízo geral sobre o grau de desenvolvimento de conhecimentos, competências e capacidades do aluno, geralmente através da realização de um teste, ao cabo de um período de ensino e de aprendizagem (semestre e/ou ano), tendo em conta os objectivos preconizados para as diferentes disciplinas.

A avaliação sumativa pode se abordada sob duas vertentes:

- a) A avaliação sumativa interna;*
- b) Avaliação sumativa externa.*

1.2.3.1. Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa interna tem por finalidade informar não só o aluno e o seu encarregado de educação da forma com os objetivos curriculares estão sendo cumpridos, como fundamentar as decisões tomadas sobre o rendimento pedagógico do aluno. Este tipo de avaliação é da responsabilidade de todos os professores que leccionam numa turma, cabendo ao director de turma a divulgação dos resultados ao aluno e ao seu encarregado de educação, depois de o conselho de turma ter-se reunido no final do semestre e/ou ano escolar, com a finalidade não só de decidir a classificação a ser atribuída a cada aluno em cada disciplina, como a transição para a classe seguinte ou a retenção na mesma classe.

1.2.3.2. Avaliação Sumativa Externa

O Ministério da Educação é a entidade responsável por este tipo de avaliação. É através desta avaliação que o Ministério da Educação contribui para a homogeneização, a nível de todo o País, dos níveis de aprendizagem e respectivas classificações em diferentes níveis de ensino, de modo a permitir a conclusão de um determinado nível e a determinação da respectiva classificação.

2. A avaliação nos Institutos do Magistério Primário - o caso específico da disciplina de Metodologia da Língua Portuguesa

Importa salientarmos, em primeiro lugar, que no que diz respeito a esta questão, faremos apenas uma apresentação sucinta do teor tanto do regulamento de avaliação, como do programa da disciplina em epígrafe.

O Ministério da Educação (MINED) no seu Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário, no capítulo VII relativo à avaliação, fazendo alusão a todas as disciplinas leccionadas naquelas Instituições, diz que um das componentes essenciais do processo ensino-aprendizagem é a avaliação que deve ser concebida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático, cujos objectivos devem ser a obtenção de um juízo valorativo sobre os formados, a comprovação da adequação e eficiência dos métodos pedagógicos utilizados pelos formadores.

No regulamento geral dos Institutos do Magistério Primário (IMAP's) estão previstas as avaliações de Controlo Sistemático (ACS's), as Actividades do Controlo Parcial (ACP's), exames, trabalho de investigação, trabalho final e estágio. (MINED, regulamento geral dos Institutos do Magistério Primário; Maputo Maio de 1996:13).

As actividades do Controlo Sistemático (ACS's) têm como objectivo comprovar o aproveitamento de parte de uma unidade do programa e são compostas por perguntas de controlo na aula, chamadas escritas com vinte minutos de duração máxima, aulas práticas de laboratório, de trabalho de grupo ou do outro tipo, TPC, individual ou em grupo), organização e asseio do caderno diário.

As actividades do Controlo Parcial (ACP's) visam comprovar o aproveitamento de unidades ou capítulos completos. Desta feita, por semestre, deverão ser realizados pelo menos três exercícios de controlo parcial, a serem comunicados com pelo menos 72 horas de antecedência aos alunos. (Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário , 1996:14).

Retomaremos esta questão no IV capítulo reservado à análise de dados.

A média semestral de uma disciplina é a média das classificações obtidas nesse semestre nas diversas actividades de controlo.

$$\text{"Nota Semestral} = \frac{\text{Média das ACS's} + 2 (\text{Média das ACS's})}{3}$$

A nota anual em cada disciplina é a média dos dois semestres.

$$\text{"Nota Anual por disciplina} = \frac{\text{Média do 1ºS} + \text{Média do 2ºS}}{2}$$

"A Nota Final por disciplina é 2x a nota anual mais a nota do exame dividido por 3".

$$\text{Nota Final} = \frac{2(\text{Nota anual}) + \text{Nota do exame}}{3} \quad (\text{Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário, 1996:15-16}).$$

O Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário na sua página catorze (14) Artigo 26 ponto um (1) relativo aos exames diz: "todas as disciplinas têm exame no último semestre em que forem leccionadas". Não é posta em prática esta determinação, uma vez que os alunos têm exame em apenas três (3) disciplinas de um total de doze (12). O regulamento deverá ser actualizado, se, na realidade, por razões fortes, não é cumprido.

Na página quinze (15), no Artigo 27 ponto três (3), o regulamento afirma: "as normas relativas à realização do trabalho final serão objecto de regulamentação própria". Nesse momento, os alunos do 2º Ano estão a estagiar, a fazer e a entregar aos seus tutores, trabalhos finais. Não existe regulamentação nenhuma sobre este trabalho final tal como evoca o Artigo 27. Que consequências? Os alunos não tiveram nenhuma orientação de como deviam fazer o trabalho, isto é, assim que lhes foram distribuídos os temas, cada aluno fez o trabalho da maneira como achou adequada.

No acto da entrega, uns professores rejeitaram os trabalhos feitos daquela maneira e outros receberam-nos. Esta situação criou um mal - estar nos alunos por nao terem sido definidas regras e fornecidas antepadamente.

O Artigo 28 ponto três diz:

"As norma relativas a realização do estágio serão objecto de regulamentação própria". Não há até ao presente momento qualquer espécie de regulamento sobre o estágio. Os estagiários na sua maioria vão às escolas onde trabalham sem o acompanhamento dos seus instrutores. Porquê? Porque todos ou quase todos os professores que deviam acompanhar os estagiários têm carga horária normal, completa, bem como as quinze (15) horas-extras, também, completas. Sendo assim, os professores questionam: Gastar tempo acompanhando aqueles alunos para quê? Qual é o beneficio? Se aquilo é um Centro de Formação de Professores onde o estágio é uma das fortes componentes, porquê aplicar um mesmo regulamento aplicado nas escolas secundárias? Tudo isso pelo facto de o Ministério de Educação se recusar a conceder um subsídio de estágio e a dar mais de quinze (15) horas-extras aos professores dos (IMAP's). Daí a desmotivação por parte dos professores. E quando isso acontece, é preciso imaginar como estará a decorrer o estágio.

Chegados aqui, coloca-se, então, a seguinte questão: Qual o tipo de avaliação contido no programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Nenhum. Equivale isto dizer que, na disciplina acima mencionada, nao está previsto qualquer tipo de avaliação. É caso para questionar: Que discipli-

na é esta onde não se prevê qualquer espécie de avaliação? Que critérios irão ser seguidos pelos professores com vista a avaliar convenientemente os seus alunos? Nestas circunstâncias é fácil crer que não existem critérios de avaliação uniformizados por parte dos professores que leccionam a disciplina em epígrafe. Ou se existirem uniformizações, cingir-se-ão apenas às Actividades do Controlo Sistemático e às Actividades do Controlo Parcial, ACS's e ACP's respectivamente, tal como vem no regulamento. É uma grande e grave lacuna esta apresentada na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, pois poderá conduzir os professores dos IMAF's a erros graves no que diz respeito à avaliação dos seus alunos.

O programa que temos vindo a analisar, na página um (1) relativa a introdução diz: "Pretende-se com este programa fazer uma abordagem à Língua Portuguesa e à Metodologia do seu ensino como língua segunda na escola primária". A que abordagem se refere relativamente à Língua Portuguesa, se esta disciplina nem sequer é leccionada nos IMAF's? Parece que aquela citação vem reforçar a afirmação segundo a qual nos IMAF's não se distingue o objecto de estudo. Uma coisa é Língua Portuguesa e outra é Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. São duas áreas extremamente complexas que nunca deveriam ser confundidos sobretudo pelas estruturas centrais do Ministério da Educação, enquanto que Ministério de tutela dos IMAF's.

Outras lacunas graves detectadas no programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa podem ser vistas na página seis (6).

a) As unidades didácticas onze (11) e dezoito (18) mostram claramente a repetição de certos conteúdos: "Ensino-Aprendizagem da leitura e da escrita".

b) Faz uma errada designação de conceitos. São exemplos disso as unidades didácticas quatro (4) "A criança e a linguagem oral" e dez (10) "Ensino-Aprendizagem da língua oral": língua oral, linguagem oral ou oralidade!

c) Nota-se também uma distribuição arbitrária das horas lectivas por conteúdos. Exemplos: unidade três (3) "Teorias de aprendizagem das línguas" é dada em sete (7) horas, enquanto que a unidade nove (9) " Aula de língua Portuguesa" é dada em vinte (20) horas. Não é disparidade? Será possível abordar as teorias de aprendizagem de línguas em sete (7) aulas? Impossível. É caso para perguntar: Que critérios teriam sido seguidos para a distribuição das horas lectivas pelos conteúdos?

d) Outra das várias lacunas existentes no programa da disciplina em epígrafe encontra-se na página doze (12). A partir da página sete (7), que é o lugar reservado ao detalhamento daquilo que deve ser abordado em cada conteúdo, o autor faz esse detalhe sem indicar as respectivas classes. Esta situação vai até ao início da página doze (12). Só a meio desta página é que aparecem indicadas as classes. porquê?

e) Todos os conteúdos programáticos existentes nas páginas treze (13) e catorze (14) são da disciplina da Língua Portuguesa. Se esta disciplina não é dada nos IMAP's, como é que constam do programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa?

f) Uma situação similar à focada na última alínea está patente logo no início da página quinze (15) do mesmo programa. "Avaliação diagnóstica e sua importância no processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa". Como é que esta informação vai constar do programa se nem sequer é dada a disciplina da Língua Portuguesa?

IV CAPÍTULO - DESCRIÇÃO DE DADOS E CONCLUSÕES

IV. 1. DESCRIÇÃO DE DADOS

Neste capítulo, procederemos à análise da avaliação que, apesar de não estar prevista, é praticada na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa nos IMAF's.

Apresentada a primeira pergunta, pode-se constatar unanimidade dos inquiridos em relação às lacunas existentes no regulamento de avaliação e nas instituições em causa.

Todos os inquiridos consideram que o regulamento não tem em conta a realidade objectiva (especificidades de cada disciplina). Neste caso, privilegia as avaliações sumativas.

Em relação à segunda pergunta, o professor "A" é de opinião que o regulamento de avaliação não apresenta, de uma forma clara, uma proposta específica para a disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Trata o assunto de uma forma genérica.

O professor "B" diz que o regulamento privilegia as avaliações sumativas. Tal situação deveria ser alterada dando maior destaque à avaliação formativa (chamadas orais, resumos, TPC's) etc, pois é preciso ter em conta o facto de que no momento dos testes escritos, exames escritos, o aluno poder estar mal disposto e os resultados não serem objectivos.

O professor "C" considera que a avaliação prevista no Regulamento Geral dos Insitutos do Magistério Primário e consequentemente praticada na disciplina de Metodologia do Ensio da Língua Portuguesa é inadequada uma vez que as ACS's previstas não fazem sentido para a natureza dos conteúdos ministrados. É também de opinião de que não está prevista a avaliação qualitativa.

Quanto à quarta (4ª) pergunta alinea a), constatou-se que nenhum dos professores pratica a avaliação diagnóstica.

Para a alínea b) da mesma quarta (4ª) pergunta, os professores "A" e "C" não praticam a avaliação formativa na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. O professor "B" é o único que pratica a avaliação formativa através da correcção dos TPC's, perguntas orais e resumos orais de aulas.

Na última alínea da pergunta quatro, os professores "A" e "C" afirmam unanimamente que a avaliação formativa não influi no resultado do aprendente da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

Para a pergunta cinco (5) os professores "A" e "C" confessam não possuir dificuldades na elaboração de testes sumativos na disciplina em epígrafe. Apenas o professor "B" diz ter dificuldades na selecção de conteúdos para a elaboração de testes sumativos.

Relativamente a sexta (6ª) pergunta todos os professores reconhecem que o tempo de duração do programa (anos) da disciplina deverá ser de dois (2) anos. Entretanto são de opinião de que a não divisão por semestres e/ou anos do programa desta disciplina não comporta vantagens, mas sim desvantagens. Para o

professor "A", esta situação não só não permite o controlo do cumprimento do programa tanto por semestre e ano, como também não permite o doseamento dos conteúdos programáticos. Acham também que a distribuição da carga horária por tema foi aleatória (arbitrária). O professor "B" diz que a não divisão do programa por semestres/anos, dificulta a planificação do processo do ensino-aprendizagem. O professor "C", embora esteja de acordo com a posição assumida pelo outro professor, não especifica essas desvantagens.

Relativamente à pergunta oito (8), o professor "A" advoga que existem problemas no programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, visto que o objecto de estudo não está claramente definido, ficando, desta feita, sem se saber se o objectivo é ensinar a Língua Portuguesa ou Metodologia da Língua Portuguesa.

O professor "B" apenas afirma existir confusão entre Português e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, não fundamenta, porém a sua posição. Para o professor "C", não existe nenhuma confusão entre Português e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, entretanto, também, não apresenta justificação.

Observação: Nesta descrição, não fizemos referência às perguntas três (3), sete (7) e nove (9) na medida em que serão tomadas em conta nas propostas de avaliação a serem apresentadas no fim desta investigação.



V. CONCLUSÕES/PROPOSTAS

1. Conclusões

Tendo em conta os resultados obtidos na primeira e segunda perguntas, e dada a sua relação, achamos pertinente a posição assumida pelos professores, em relação as ACS's e ACP's previstas no regulamento de avaliação embora não prevista na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Apesar desta constatação, julgamos improcedente que nos Institutos do Magistério Primário sejam aplicadas ACS's de vinte (20) minutos, se tivermos em consideração o elevado número de alunos por turma, a carga horária da disciplina e do professor por semana e a natureza dos conteúdos ministrados. Não tem cabimento, quanto a nós que, ao nível dos IMAF's, se aplique o mesmo tipo de avaliação praticado ao nível do ensino primário do primeiro (1º) grau.

O regulamento de avaliação no seu Artigo nº vinte e seis (26) ponto cinco (5) diz: " cada Instituto deverá enviar ao MINED uma proposta de exames de cada disciplina três (3) meses antes da data prevista para a sua realização".

Esta posição, julgamo-la anómala pelas razões seguintes:

- Como é possível fazer uma proposta de exame faltando três (3) meses, sabendo de antemão que os conteúdos por examinar ainda não foram ministrados?.

- Nos seminários, realizados ao nível dos Instituto do Magistério Primário com vista à verificação de interpretação e cumprimento dos programas, constata-se constantemente a inexistência de uniformidade motivada por falta de professores especializados para esta disciplina. Daí que julgamos inconveniente que os

IMAP's sejam sujeitos a um mesmo tipo de exame. Contudo, não queremos invalidar na sua totalidade este tipo de avaliação (sumativa)

Como é sabido, a avaliação diagnóstica permite que o professor esteja a par do grau de conhecimento que o aprendente traz das classes anteriores em relação a esta disciplina. Se a disciplina é denominada Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, consideramos despropositado que se faça este tipo de avaliação, pelo facto do aprendente frequentar a disciplina pela primeira vez. Seria pertinente se este tipo de avaliação fosse feito, por exemplo, na disciplina de Português, visto que o aluno teve essa disciplina nas classes anteriores.

Se o aprendente está a ter a disciplina pela primeira vez e consequentemente nada sabe sobre a disciplina em questão, o que se pretenderá diagnosticar a este aprendente? Neste contexto, concluímos que os professores têm razão em não praticar avaliação diagnóstica.

Relativamente à avaliação formativa, concordamos, em certa medida, com o professor "B": pratica esta avaliação através da correcção dos TCP's, perguntas e resumos orais na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Porém, rejeitamos a atitude tomada por este professor ao afirmar que esta avaliação tem influência no resultando do aluno, o que pressupõe que ele transforma a avaliação formativa em sumativa, pondo, desta feita, em causa o que preconiza o conceito de avaliação formativa.

Com relação aos professores "A" e "C" que não praticam a avaliação formativa na disciplina de Metodologia do Ensino da Lín-

gua da Portuguesa, o nosso desapontamento é grande, visto não atribuírem nenhuma importância a este tipo de avaliação.

Se a avaliação formativa visa conduzir o professor a analisar a forma como decorre a aprendizagem de modo a obter indicações que lhe permitam manter ou alterar as estratégias do ensino avaliando qualitativamente o aprendente, pensamos que todos os professores que leccionam esta disciplina deveriam praticá-la de modo a poderem melhorar a estratégias do ensino-aprendizagem desta disciplina e os alunos obterem, deste modo melhores resultados.

2. PROPOSTAS

Para que o cidadão tenha uma formação técnica e científica adequada, é necessário que passe por professores devidamente formados. Assim, os Institutos do Magistério Primário, instituídos no País, têm por objectivo formar professores para leccionarem o ensino básico (EP1) de forma a garantir que eles assegurem a melhoria da qualidade de ensino em Moçambique, a erradicação do analfabetismo, bem como o cumprimento da escolarização básica e o acesso ao conhecimento científico. Para tal, torna-se necessário que se melhore a formação de professores, condição primordial para que sejam atingidos os objectivos acima expostos.

Sendo assim, os Institutos do Magistério Primário devem dotar os seus formandos (futuros professores):

1. De uma visão científica e de uma metodologia bem aprofundada de modo a tornar mais sólida a interpretação dos conteúdos programáticos delineados para o nível básico;

2. De um domínio na selecção e uso das técnicas e estratégicas do ensino que possam facilitar a aprendizagem dos aprendentes;

3. De uma sólida experiência no contacto com os seus alunos relativamente à gestão pedagógica e às metodologias na execução dos programas do ensino, de forma a poderem orientar uma aula, assim como o processo de aprendizagem dos alunos em qualquer das classes do Ensino Primário do Primeiro (1º) grau.

Nesta perspectiva, os Institutos do Magistério Primário devem garantir um correcto desenvolvimento de formação de professores, fazendo uma adequada reflexão dos programas e, se necessário, ajustes e adoptando processos e métodos de ensino-aprendizagem diversificados, realizando avaliações coerentes e desenvolvendo o exercício da prática pedagógica que proporcionem ao formandos um perfil profissional direccionado para os objectivos do curso.

Tendo em conta a análise que fizemos nesta investigação e o que apresentamos na conclusão, achamos urgente que se faça uma revisão do programa e do regulamento de avaliação. Sendo assim, propomos o seguinte.

1. Que sejam feitos três (3) testes clássicos, por semestre, com o mesmo peso e um (1) trabalho, anual, de investigação que fossem avaliados quantitativamente. Em termos percentuais: os testes clássicos teriam um peso de sessenta (60%); o trabalho de investigação de quarenta (40%). Deste modo, inutilizar-se-ia a fórmula até então proposta para o cálculo final que passaria a ser a seguinte:
$$\text{Nota Final} = \frac{6 \times \text{Tes} + 4 \times \text{Ti}}{10}$$

2. Para os professores com dificuldades na elaboração de testes sumativos, seria aconselhável que o caso fosse estudado ao

nível do grupo de disciplina, pois a troca de experiência poderá colmatar esta lacuna.

3. Que o programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa seja dividido por semestres e anos, facilitando desta feita a dosagem dos conteúdos a ministrar, o que permitiria uma adequada planificação das avaliações.

4. Que no programa da disciplina em epígrafe se defina e distinga claramente o objecto do estudo da "Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa" do "Português".

5. Que se divida o programa em duas (2) partes: teórica e prática.

a) Parte teórica: aulas e suas avaliações.

b) Parte prática: planificação e respectivas simulações.

6. Os IMAP's deveriam ser autónomos em relação à feitura das avaliações finais (exames). Assim, o exame deveria dar entrada nos órgãos centrais do MINED quinze (15) dias após a data da sua realização, para efeitos de tomada de conhecimento e outros.

7. Para elaborar programas de determinadas disciplinas como é o caso da Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, que o Ministério da Educação solicite professores que leccionem essas disciplinas, para serem eles a elaborarem convenientemente os programas, pois só assim, é que estaremos certos de estarmos a implementar um programa de ensino que esteja de acordo com os desejos da instituição (IMAP's).

8. Que seja inclusa no curriculum dos IMAP's a disciplina de Língua Portuguesa que deveria ser dada no primeiro e segundo semestre do primeiro ano, enquanto que a Metodologia do seu ensino seria dada no segundo ano. Desta feita, concordaríamos que se

fizessem testes diagnósticos na disciplina de Língua Portuguesa, já que os alunos tiveram esta disciplina nas classes anteriores e faz sentido diagnosticar os conhecimentos que trazem da classe anterior. Discordaríamos com a sua realização na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, posto que é uma disciplina que os alunos estão a ter pela primeira vez e consequentemente não faz sentido que a gente avalie o que se sabe de antemão que o aluno não sabe, a não ser como pré - requisitos, pré - definidos para a frequência dessa disciplina.

9. Uma última questão:

Por que razão à disciplina denominada Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa não se chama Didáctica do Português ou Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa (ou do Português)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTOLOMEIS, Francisco de ; Avaliação e orientação: Objectivos, instrumentos, métodos; Lisboa. Livros horizonte, 1981
- BONBOIR, Arna; Como avaliar os alunos; Lisboa, Seara Nova, 1976
- CARVALHO, Angelina, TERRASECA, Manuela, "Em torno das Práticas Avaliativas do segundo Ciclo" in Avaliar a Avaliação, Cadernos Pedagógicos, nº14 Edição ASA, Porto, 1993.
- DAMAS, (M.J) KETELE (J.M. de); Observar para avaliar; Coimbra, Livraria Almedina, 1985.
- DE LANDESHEERE, Gilbert, Avaliação Contínua e Exames - Nocões de Docimologia, Livraria Almedina, Coimbra, 1979
- DUARTE, Manuel Dias; Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário - o exemplo da Filosofia; Lisboa, Livros horizonte 1982.
- HAYMAN, John L. Jr.; NAPIER, Rodney N. , Avaliação nas Escolas: Um processo Humano para Renovação, Livraria Almedina, Coimbra, 1979.
- LEMONS, Valter V. ; O Critério do sucesso- Técnicas de Avaliação da Aprendizagem; Lisboa, Texto Editora 1986.
- MAGER, Robert F. ; Como definir objectivos Pedagógicos; Lisboa, Edição carreira e carreira, 1975
- MUNÍCIO, Pedro; Como realizar a avaliação contínua; Livraria Almedina, Coimbra, 1978.
- PINTO, Jorge; CUNHA LEAL, Leonor; Avaliação Pedagógica - Antologia de Textos (fotocópias não paginadas), Lisboa, 1979.
- Programa da Disciplina de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa ; Maputo, Maio 1996.
- Regulamento Geral dos Institutos do Magistério Primário; Maputo, Maio 1996.
- SANTOS, Fernando; A avaliação de conhecimentos; Lisboa, Editorial Inquérito, 1985..

4. ANEXO

4.1. AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO FORMATIVA:

O QUE É ?

- . É sistemática
- . É contínua
- . É notação descritiva e qualitativa, isto é, registo estruturado de aproveitamento

O que é que se avalia?

- . Avaliam-se conhecimentos
- . Avaliam-se competências
- . Avaliam-se capacidades
- . Avaliam-se atitudes
- . Avaliam-se destrezas

Quem avalia?

- . O professor - em diálogo com os alunos e outros professores.
- . O director de turma
- . Os serviços centrais do Ministério de Educação.

Para quê avaliar?

1. Para informar ao:

- Professor
- Aluno e
- Encarregado de educação.

2. Para estabelecer metas intermédias e adoptar:

- a) novas metodologias;

- b) medidas educativas de apoio;
- c) medidas de adaptação curricular.

AVALIAÇÃO SUMATIVA:

O QUE É?

É um juízo globalizante sobre:

- a) conhecimentos;
- b) competências;
- c) capacidades e
- d) atitudes
- e) critérios definidos pelo conselho pedagógico ou direcção da escola.

Esta avaliação é periódica e é de notação, obedecendo à escala de zero (0) a vinte (20).

Quem é que realiza esta avaliação?

- São os professores e
- os técnicos de educação.

Para quê?

- Para tomada de decisão sobre
- apoios e complementos educativos;
- regime de progressão do aluno;
- obtenção de diplomas/certificados

Quando?

- No final de período;
- No final de nível (EP1 E EP2)

4.2. INQUÉRITO

Este inquérito tem como objectivo recolher as diversas opiniões em relação ao sistema de avaliação em vigor no Instituto do Magistério Primário do Maputo, especificamente a avaliação praticada na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

Será composto por duas partes: a primeira com dados Sociolinguísticos e a segunda com perguntas que constituem o objecto deste trabalho.

I

Nome _____

Sexo _____

Nível de escolaridade _____

Experiências _____

Disciplinas quelecciona _____

II

1. Que tem a dizer em relação à avaliação no regulamento de avaliação nos Institutos do Magistério Primário?
2. Que tem a dizer em relação à avaliação prevista no programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa?
3. A avaliação sumativa é feita pelos professores. Como é que podia melhorá-la na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa?
4. A avaliação diagnóstica consiste em prevenir o aparecimento e desenvolvimento dos problemas, descobrindo e atacando a tempo as causas que os originaram; A avaliação formativa é aquela que

III

leva o professor a analisar, com instrumentos objectivos ou subjectivos a forma como está a decorrer a aprendizagem, de modo a obter indicações que lhe permitam manter ou alterar o plano que está a executar, a fim de obter a máxima rentabilidade pedagógica possível. Assinale com X a resposta mais adequada:

a) Pratica a avaliação diagnóstica na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Sim ; Não . Em caso afirmativo, como?

b) A avaliação formativa é praticada na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Sim ; Não . Em caso afirmativo, como?

c) A avaliação formativa tem alguma influência no resultado do aluno na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Sim ; Não .

5. Tem dificuldades em elaborar os testes sumativos da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Sim ; Não . Refira os pontos em que sente mais dificuldades.

6. Para quanto tempo (anos) está previsto o programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa?

7. O facto de o programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa não estar dividido por anos e semestres comporta vantagens? Sim ; Não . Quais?

8. Não há confusão no programa da disciplina em causa entre Português e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa? Sim ; Não . Apresente propostas.

9. Face a estas constatações todas, que propostas tem, com vista a melhorar a avaliação na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa?

C A P Í T U L O VII

A v a l i a ç ã o

Artigo 21 (Dos objectivos)

1. A avaliação é uma das componentes essenciais do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ser concebida como processo dinâmico, contínuo e sistemático.

1.1. São objectivos da avaliação:

- a) Determinar o grau de assimilação de conhecimentos e desenvolvimento das aptidões, hábitos e atitudes gerais e específicas do processo docente-educativo;
- b) Obter um juízo valorativo sobre os formandos;
- c) Comprovar a adequação e eficiência dos métodos pedagógicos utilizados pelos formadores.

Artigo 22 (Das formas de avaliação)

1. As formas de avaliação são métodos de comprovação do aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem.
2. A avaliação realiza-se ao longo de todo o processo de formação, tomando as seguintes formas:
 - a) Contolo sistemático (ACS)
 - b) Controlo parcial (ACP)
 - c) Exames
 - d) Trabalho de investigação
 - e) Trabalho final
 - f) Estágio.

Artigo 23 (Das actividades de controlo sistemático)

1. As actividades de controlo sistemático (ACS) destinam-se a comprovar o aproveitamento de parte de uma unidade do programa.
2. Constituem actividades de controlo sistemático:
 - a) Perguntas de contolo na aula;
 - b) Chamadas escritas (com duração máxima de 20 minutos a ser ou não avisadas);

- c) Aulas práticas de laboratório, de trabalho de grupo ou de outro tipo;
- d) TPC (individual ou em grupo);
- e) Organização e asseio do caderno diário.

Artigo 24

(Das actividades de controlo parcial)

1. As actividades de controlo parcial (ACP) destinam-se a comprovar o aproveitamento de unidades ou capítulos completos.
2. Em cada semestre, deverão ser realizados, pelo menos três exercícios de controlo parcial, a serem comunicados com, pelo menos, 72 horas de antecedência.
3. A elaboração das actividades de controlo parcial deve ser coordenada pelo grupo de disciplina.

Artigo 25

Os professores deverão apresentar à Direcção Pedagógica todos os exercícios (ACS e ACP) que elaboram, com as respectivas correcções e cotações.

Artigo 26

(Dos exames)

1. Todas as disciplinas têm exame no último semestre em que forem leccionadas.
2. O exame versará conteúdos principais de cada disciplina, leccionados ao longo do curso.
3. A duração dos exames será de 90 a 120 minutos;
4. A elaboração do exame de cada disciplina é da competência dos órgãos centrais do MINED.
5. Cada Instituto deverá enviar ao MINED uma proposta de exames de cada disciplina 3 meses antes da data prevista para a sua realização.

Artigo 27

(Do trabalho final)

1. O Trabalho Final é uma actividade independente que consiste na elaboração de um trabalho prático à escolha dos formandos.
2. O Trabalho Final deverá versar temas de carácter educativo ao nível do Ensino Básico, a desenvolver-se ao longo do curso.

3. As normas relativas à realização do trabalho final serão objecto de regulamentação própria.

Artigo 28
(Do estágio)

1. O estágio é uma forma de avaliação que compreende a prática do processo docente-educativo.
2. O estágio realiza-se depois do término do processo de formação curricular preconizado no plano de estudos.
3. As normas relativas à realização do estágio serão objecto de regulamentação própria.

Artigo 29
(Da classificação)

1. Em todas as disciplinas em que o formando tenha registado uma frequência regular durante o semestre, é obrigatória a atribuição duma nota.
2. A nota semestral de uma disciplina é a média das classificações obtidas nesse semestre, nas diversas actividades de controlo:

$$\text{Nota Semestral} = \frac{(\text{Média das ACS} + 2(\text{Média das ACP}))}{3}$$

3

3. A nota anual por disciplina é a média dos dois semestres:

$$\text{Nota Anual por disciplina} = \frac{\text{Média 1}^\circ\text{s} + \text{Média 2}^\circ\text{s}}{2}$$

Artigo 30
(Da passagem de ano)

1. Transita de ano o estudante que satisfaça as seguintes condições:
 - a) Nota anual na respectiva disciplina não inferior a 10 valores;
 - b) Não ter reprovado em mais de duas disciplinas.

4.4. Programa da disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

CMINED/DNEP/IMAP/97

Esta cadeira visa a aquisição de técnicas de expressão que possibilite o uso adequado da língua portuguesa, assim como a aquisição dos conhecimentos sobre a sua estrutura, funcionamento e metodologia.

Serão abordados aspectos considerados fundamentais para a persecução de estudos no âmbito da linguística Portuguesa. O trabalho a realizar desenvolver-se-à em constante articulação de textos por parte dos alunos. O conhecimento global dos conteúdos dos programas a ensinar no EP1 e EP2 será feito mediante planificações e simulação de aulas. Qualquer desconhecimento de conteúdos deverá ser ultrapassado através de actividades de remediação.

VII

Carga Horária

Unidade Didáctica	Conteúdos	Horas
1	História da língua portuguesa	9
2	Perspectivas históricas do surgimento da didáctica das línguas vivas	9
3	Teorias da aprendizagem das línguas	7
4	A criança e a linguagem oral	5
5	Processo ensino-aprendizagem	10
6	Princípios gerais sobre a didáctica da língua Portuguesa com língua segunda	15
7	A atitude do professor	5
8	Planificação do ensino-aprendizagem da língua portuguesa	10
9	Aula de língua Portuguesa.	20
10	Ensino-aprendizagem da língua oral	20
11	Ensino-aprendizagem da leitura e da escrita	20
12	Modalidades de leitura e técnicas correspondentes	20
13	Leitura e análise de textos	10
14	Ensino-aprendizagem da escrita	20
15	Ensino-aprendizagem da ortografia	20
16	Ensino-aprendizagem da pontuação	20
17	Ensino-aprendizagem do vocabulário	20
18	Ensino-aprendizagem da leitura e escrita	25
19	Ensino-aprendizagem da gramática	35
20	Avaliação do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa	20
	Total	320

VIII

Conteúdos

1- História da língua portuguesa

- As línguas da Península Ibérica
 - A área do galaico-Português
 - A relação da língua-prática
 - Situação linguística de Moçambique
 - A expansão do Português:
 - Esboço da língua Portuguesa;
 - Variações e variedades da língua: variantes geográficas; dialectos e falares; pidgin/crioulos;
 - Variantes socio-culturais: registo de língua;
 - Língua e escola;
 - O conceito de língua segunda;
 - Língua veicular, de unidade nacional e língua oficial.
2. Perspectiva histórica do surgimento da didáctica das línguas vivas, como uma ciência autónoma

- Conceito de didáctica
- Objectivos e objecto de estudo
- Sua relação com outras disciplinas
- sua importância para o professor

3- Teorias de aprendizagem das línguas

- Desenvolvimento e aprendizagem
- Tarefas de aprendizagem. Sua finalidade e diversidade
- Algumas teorias de aprendizagem:
 - Behaviorista: exercício de repetição, ensino individualizado do tipo programado; demonstrações para imitação; memorização;...(Watson, Thorndike, Skinner, Pavlov...)
 - Cognitivista: ensino pela descoberta, ensino pela descoberta guiada, questionários de revisão e orientadores; debates, discussões...(Lewin, Piaget, Bruner, Ausubel, Vigosky...)
 - Humanista: Ensino individualizado, debates, simulações, jogo de papéis...(Maslow, Carl Rogers...)
- Perspectivas actuais sobre o ensino e a aprendizagem.

4- A criança e a Linguagem oral

- História da linguagem desde o nascimento: (Laurence Lentin)
- A linguagem e o desenvolvimento cognitivo e afectivo da criança: Henri Wallon e Jean Piaget

- A criança e a aprendizagem da linguagem em função dos diferentes meios de vida:
Marcel Cohen.

- A filosofia da linguagem. Linguagem e pensamento: Noam Chomsky

5- Processo ensino-aprendizagem e Língua Portuguesa

- Ensinar e aprender

- Etapas do processo de ensino e aprendizagem

- Definição de objectivos
- Escolha de conteúdos
- Escolha de métodos
- Avaliação

- Técnicas de utilização de materiais

- Quadro de giz
- Flanelógrafo
- Quadro expositor
- Caderno diário
- Manual do aluno

- Técnicas do ensino-aprendizagem.

Princípios gerais:

- Trabalho individual e de grupo
- Actividades integradas
- Expressão dramática
- Jogos didácticos

6- Princípios gerais sobre a Didáctica da Língua Portuguesa como língua segunda

- Língua veicular do ensino e da aprendizagem
- Língua usada na administração
Língua de Unidade Nacional
- Língua e escolaridade
- Conceito de língua segunda
- O Português de Moçambique
- Situações de comunicação: real, dirigida, orientada, espontânea e livre
- Norma e desvio.

7- A atitude do professor

- O professor como educador e facilitador da aprendizagem

- Características gerais do trabalho do professor

- Diagnosticar as aprendizagens
- Planificar
- Desenvolver a aula segundo a planificação



QMINED/DNEP/IMAP/97

- Variar as modalidades de trabalho
- Estimular o trabalho dos alunos
- Valorizar a criatividade
- Avaliar o trabalho

8- Planificação do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa

- Princípios gerais

- Conhecer os alunos, os seus saberes e os seus interesses
- Definir objectivos
- Prever o tempo
- Seleccionar os conteúdos e dominá-los
- Escolher os métodos
- Organizar as actividades
- Preparar o material didáctico
- Preparar os instrumentos de avaliação

- Planificação

- A longo prazo: anual
- A médio prazo: mensal e quinzenal
- A curto prazo: semanal e diária

9- A aula de língua Portuguesa

- Princípios e momentos de realização da aula

- Desenvolvimento das capacidades de compreensão e expressão, orais e escritas
- Desenvolvimento da criatividade e da capacidade de iniciativa

- Escolha e organização de actividades

- Graduação das actividades em dificuldade crescente
- Escolha das que mais mobilizam o aluno
- Progressão contínua
- Preferência dos alunos

- Diversificação das actividades e sua etapas

- Etapa inicial da oralidade
- Iniciação das actividades de leitura e escrita
- Consolidação da leitura e da escrita
- Desenvolvimento da leitura e da escrita
- Desenvolvimento da oralidade ao longo de toda a escolaridade

- Técnicas de correcção dos trabalhos de casa

- Autocorreção
- Correção mútua

- Correção individual presencial e a distância
- Correção colectiva

10- Ensino-aprendizagem da língua oral - comunicação oral

- Ouvir o que os outros dizem
- Compreender o que ouvem
- Reagir ao que ouvem
- Sentir prazer e utilidade em comunicar

- Caracterização da língua oral

- Consente o recurso a frases incompletas, hesitações, repetições, desvios sintácticos, interjeições e bordões da fala
- Define o tipo de frases produzidas, ouvindo a entoação com que se dizem
- Permite, dada a presença dos interlocutores: compreensão das mensagens e sua verificação; troca do emissor com receptor

- Correção fonética e jogos didácticos de linguagem

- Etapas de comunicação oral

- Oralidade inicial
- Oralidade na iniciação da leitura e da escrita
- Oralidade na consolidação da leitura e da escrita
- Oralidade no desenvolvimento da leitura e da escrita
- Oralidade pela oralidade: observação de gravuras, do meio, relato de factos vividos
- Actos de fala: novo vocabulário

- Distribuição de actividades da comunicação oral

- Observação da oralidade
- Exercícios estruturais de repetição, substituição, enriquecimento e transformação
- Exercícios sistemáticos
- Exercícios de remediação
- Jogos de linguagem
- Jogos didácticos

- A oralidade e outras formas de comunicação

- O gesto e a mímica
- O desenho, a pintura e os outros trabalhos manuais
- A dramatização
- O canto

11- Ensino-aprendizagem da leitura e da escrita

- Comunicação escrita
- Características da comunicação escrita
- Diferenças entre a linguagem escrita e oral
- O acto de ler

- Caracterização
- O professor e o acto de escrever
- Acto de escrever
- Caracterização
- O professor e o acto de escrever

- Etapas de aquisição das técnicas de leitura e escrita
- Orientações metodológicas
- Preparação para a leitura e para a escrita

- Leitura de imagens. Banda desenhada
- Leitura educativa de imagens
- Actividades de observação
- Linguagem da Banda desenhada

12- Métodos de aprendizagem de leitura e escrita

- Caracterização dos principais métodos. Vantagens e desvantagens:
- Métodos sintéticos
- Métodos analíticos
- Método global
- Métodos mistos: analítico- sintético
- Métodos especiais: Decroly, Montessori, Lemaire
- Método natural

- Selecção do método e sua justificação

13- Modalidades de leitura e técnicas correspondentes

- Tipos de leitura e etapas de aplicação
- Silenciosa
- Oral
- Oral e individual
- Oral dialogada
- Oral colectiva

- Diversificação de actividades de leitura
- Biblioteca escolar/biblioteca da turma

14- Leitura e análise de textos

- Leitura do texto: tipos de leitura
- Análise do texto: Exploração e interpretação; Etapas de progressão
- Leitura em voz alta pelo professor
- Interpretação global

- Interpretação parcelar
- Análise do vocabulário
- Observação das gravuras
- Leitura silenciosa pelos alunos
- Leitura individual pelos alunos
- Leitura por grupos de alunos
- Reconto oral do texto por alguns alunos
- Questionário escrito no quadro e nos cadernos

15- Ensino-aprendizagem da escrita

- Etapas da escrita e diversificada de actividades de produção escrita

- Pré-grafismos/grafismos
 - Escrita do grafema ou da sílaba
 - Escrita e estudo da letra
 - Letra cursiva e letra de imprensa
 - Caligrafia
 - Ortografia
- Produção escrita: tipos de texto a produzir

1ª e 2ª classes

- Copiar frases/textos
- Escrever palavras em frases lacunares
- Escrever palavras/frases a partir duma ordenação apresentada numa listagem
- Escrever frases/Textos ditados
- Escrever frases a partir da associação de partes da frase apresentadas em listagem
- Escrever frases, a partir de uma ou mais palavras
- Escrever palavras e frases adequadas a gravuras
- Produzir palavras e frases para dar respostas a perguntas
- Substituir palavras numa frase, mantendo o significado da frase ou dando a esta um significado diferente
- Escrever palavras e frases/textos, relacionadas com a realidade com a realidade próxima
- Produzir frases/textos livres

3ª, 4ª e 5ª classes e 7ª classes

- Fazer perguntas adequadas a um texto lido ou ouvido
- Produzir textos a partir de frases desordenadas
- Recontar o que foi ouvido ou lido
- Narrar acontecimentos, reais ou históricas, no todo ou em parte
- Fazer inventários de informações
- Descrever objectos
- Descrever paisagens
- Fazer retratos de pessoas, animais e objectos que representem pessoas ou animais

- Escrever cartas
- Fazer avisos e pedidos
- Produzir textos
- Redigir actas e outros documentos
- Técnicas de produção escrita: reconto; resumo, descrição, criação
- Na grande área: narrativa, resumo, reconto, banda desenhada, processos narrativos (encaixe, alternância)
- A descrição: Olhar, ver, observar, compreender, escrever
- A comparação: descrição de um conjunto, ordenação de planos, detalhes, retrato, cenas animadas
- No quotidiano: relatório, acta, carta, bilhete postal, telegrama
- Na imprensa: notícias, publicidade, anúncios, entrevistas
- Correção da produção escrita
- Organização gráfica do texto
- Estrutura da frase e concordância entre os seus elementos
- Encadeamento lógico das ideias
- Adequação do vocabulário
- Caligrafia
- Ortografia
- Pontuação

16- Ensino-aprendizagem da ortografia - técnicas e estratégias

- Técnicas
- Ortografia extraída da lição do dia
- Interpretação
- Escrita das palavras com maior dificuldade
- Leitura das mesmas
- Estratégias
- Diálogo com os alunos sobre a lição
- Leitura pelo professor
- Leitura por grupos de alunos
- Explicação do significado de algumas palavras
- Formação de palavras de mesma família
- Escrita no quadro das mesmas
- Exercícios vários sobre cada palavra
- Construção de frases com palavras difíceis
- Escrita no quadro das frases formadas e sua leitura
- Divisão silábica
- Registrar os erros mais relevantes
- Analisar as causas desses erros
- Fazer actividades de remediação
- Chamar a atenção para as causas dos erros

CURRICULUM VITAE

Nome: Julião Alberto Banze
Local de Nascimento: Betula
Localidade: Chidenguele
Distrito: Manjacaze
Província: Gaza
Data de Nascimento: 09/10/1956
Estado Civil: Solteiro
Residência: Bairro do Jardim Rua do Sisal nº80
3ºDtº - Maputo
Local de Trabalho: Instituto o Magistério Primário do Maputo

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

<u>Ano de Conclusão</u>	<u>Nível de ensino concluído e tipo de curso</u>	<u>Instituição</u>
1970	4ª Classe	Escola Primária Xai-Xai
1975	6ª classe ciclo Preparatório	Escola Prep. General Machado
1976	6ª + 1 Formação de Professores Primários	C.F.P.P. de Inhamizua Beira
1980	9ª Curso de Formação de Prof. de Ed. Política	C. F. de Quadros da Educação
1986	9ª + 2 Formação de Prof. de 7ª a 9ª classe	Facul. de Ed. UEM
1994	3º Ano do Curso de Linguística	UEM-Fac. Letras

CURRICULUM PROFISSIONAL

<u>ANO</u>	<u>TAREFA/FUNÇÃO</u>	<u>LOCAL DE TRABALHO</u>
1977	Professor Primário	Esc. Primário do Jardim
1977/79	" "	" " Lhanguene Piloto
1979/80	" "	" " Unidade "2"
1980/82	Prof. de Ed. Política	Esc. Sec. de Lhanguene
1982/84	" "	Esc. de Amizade Ex. RDA
1987	Prof. de Português	Esc. Comercial de Maputo
1988/95	Prof. de Português Delegado de Disciplina	Esc. Sec. de Lhanguene
1996	Prof. de Didáctica de Português	Instituto do Magistério Primário do Maputo

17- Ensino-aprendizagem da pontuação

- Sinais de pontuação e seu emprego
- Técnicas de pontuação, regras
 - ler em voz alta textos pontuados
 - Fazer o levantamento de sinais de pontuação
 - Completar a pontuação de uma frase
 - Marcar a pontuação num pequeno texto escrito

18- Ensino-aprendizagem do vocabulário

- Situação e selecção do vocabulário
- Áreas do domínio do vocabulário
- Influência do meio no desenvolvimento vocabular
- Metodologia e técnicas do ensino-aprendizagem do vocabulário
 - Sinonímia
 - Antonímia
 - Homonímia
 - Campo semântico
 - Famílias de palavras
 - Composição
 - Derivação
- Exercícios de vocabulário
- Preparação para o uso do vocabulário

19- Ensino-aprendizagem da gramática

- Gramática implícita e gramática explícita
- Prática da gramática explícita
- Estrutura fónica do Português
- O léxico
- Estrutura sintáctica do Português
- Etapas do desenvolvimento da gramática
- desenvolvimento psicológico da criança. Correlação com o ensino aprendizagem da gramática
- Gramática explícita e reflexão sobre a língua
- Metodologia de análise gramatical
- Exercícios gramaticais. Jogos de linguagem.

20- Avaliação do Ensino- aprendizagem da língua Portuguesa

- O processo ensino-aprendizagem e a avaliação
- Modalidades de avaliação: formativa e sumativa

Avaliação diagnóstica e sua importância no processo ensino-aprendizagem da língua Portuguesa

V
Avaliação

A avaliação será contínua e basear-se-á em:

- Capacidade de recolha de materiais e a sua análise
- Reflexão produzida e conhecimentos adquiridos sobre a língua, o seu funcionamento e a sua metodologia de ensino
- Capacidade de produção de textos e outros materiais
- Elaboração de testes e trabalhos em grupos ou individuais

X
Recursos e bibliografia

Serão oportunamente explicitados, tendo em conta o material existente nos IMAP's, o que já possuem e o que o mercado lhe pode presentemente oferecer.

A bibliografia irá sendo fornecida ao longo do período de desenvolvimento da cadeira, a propósito de desenvolvimento da cadeira, a propósito e em função dos conteúdos a trabalhar.

XI
Anexos

Programas de Língua Portuguesa para o Ensino Primário em Moçambique.